

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
11 de junho de 2018 - Nº 624 - www.sindipetrocaxias.org.br

FUP



CUT BRASIL



PETROLEIROS CONTRA A POLÍTICA DE PREÇOS E O AUMENTO DOS COMBUSTÍVEIS

Origem do golpe, Pré-Sal é cada vez mais dos gringos



Mergulhado em escândalos de corrupção e sem apoio algum da população, o governo Temer entregou mais oito bilhões de barris de petróleo às multinacionais, na 4ª Rodada de Licitações do Pré-Sal, realizada no dia 07/06, onde cada barril saiu ao preço médio de R\$ 0,26. Os três campos leiloados - Dois Irmãos (na Bacia de Campos), Três Marias e Uirapuru (na Bacia de Santos) - contêm reservas

estimadas de 12,132 bilhões de barris de petróleo. A Petrobrás, mesmo pagando o maior valor em bônus do leilão (R\$ 1 bilhão do total de R\$ 3,150 bilhões arrecadados) e exercendo a preferência dos 30% de participação mínima nos consórcios, como prevê a lei, terá direito apenas a 3.999 bilhões de barris. Ou seja, 33% das reservas licitadas.

A petrolífera norueguesa Statoil foi a grande vencedora do leilão, ao abocanhar 2.783 bilhões de reservas de petróleo com participações estratégicas nos blocos de Uirapuru e Dois Irmãos. A norte-americana ExxonMobil, que estreou como operadora no Brasil em setembro passado e já havia sido beneficiada com blocos da franja do Pré-Sal nas 14ª e 13ª Rodadas, avançou consideravelmente sobre as reservas do país, ao garantir mais 2.184 bilhões de barris de petróleo com os 28% de participação no valiosíssimo campo de Uirapuru, que está estrategicamente localizado ao lado de Carcará. Na gestão Pedro Parente, a Petrobrás entregou à Statoil 66% da participação que tinha nesse mega campo da Bacia de Santos. Agora, a Statoil e a Exxon terão juntas 56% de Uirapuru, após pagarem em média R\$ 0,30 por cada um dos 7,8 bilhões de barris de reserva do campo.

Sem a luta dos Petroleiros, nem 30% a Petrobrás teria

“É bom lembrar que os 30% de participação que a Petrobrás garantiu nos campos leiloados só foram possíveis em função da resistência da FUP em 2015 e em 2016, quando a Shell e outras multinacionais, através do projeto de Serra, conseguiram alterar a Lei da Partilha, e tiraram da nossa empresa a exclusividade na operação do Pré-Sal. A resistência da FUP e de seus sindicatos que garantiu à Petrobrás exercer pelo menos

a preferência dos 30%, pois o projeto original era acabar também com a participação mínima da empresa”, recorda o coordenador geral da FUP, Simão Zanardi, se referindo ao PLS 131/2015 do senador José Serra (PSDB/SP), que foi aprovado no Congresso Nacional, em outubro de 2016, logo após o golpe do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. “Se não fosse a luta da FUP, nem esses 30% a Petrobrás teria”, ressalta Zanardi.

Petroleiros ocupam UTE-GLB



Em protesto contra a entrega dos poços do Pré-sal, no leilão da ANP que ocorreu no dia 07, no Rio de Janeiro, a direção do Sindipetro Caxias ocupou na mesma manhã a sala de controle da Usina Termelétrica Governador Leonel Brizola - a maior do Brasil, responsável por manter o fornecimento elétrico e de vapor da REDUC, além de ser integrada nacionalmente com a central de FURNAS. Caso esta Usina pare, para toda a Refinaria podendo gerar um apagão em todo Estado do Rio de Janeiro e toda região Sudeste.

A direção aproveitou para conversar com os petroleiros presentes sobre a necessidade de uma possível parada da UTE-GLB durante o movimento de greve que está sendo construído junto dos trabalhadores.

Para o coordenador geral da FUP e diretor do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, “O leilão é um crime contra a soberania. O governo Temer está destruindo a Petrobrás em um

processo de sabotagem interno, privatizando nossas refinarias, dutos, terminais e plataformas, além de estar vendendo nosso petróleo barato no pré-sal”.

E mandou o recado: “Os petroleiros em todo o Brasil e das bases do Sindicato estão se preparando para dar uma resposta a este governo golpista. Queremos que o petróleo seja do povo brasileiro e que a Petrobrás seja indutora do desenvolvimento nacional. Por isso, os petroleiros de Caxias estão na luta, construindo a greve”.

Ainda neste dia, a FUP em conjunto com os movimentos sociais

como MAB, MPA, MST e Levante Popular da Juventude, fizeram uma interferência cultural para mostrar aos que passavam em frente ao edifício da ANP, no centro do Rio real motivo da privatização da Petrobrás. Os jovens realizaram uma peça teatral e ao final panfletaram e conversaram com quem passava.



Seminário Setorial de Greve

Durante a semana de 03 a 08 de junho foram realizados as setoriais em todas as bases do Sindipetro Caxias conforme calendário amplamente divulgado.

Nesses encontros foram eleitos pela categoria petroleira os nomes que futuramente comporão o comando de greve já aprovada pela categoria nacionalmente para travar o desmonte da Petrobrás e da Transpetro.

Pedro Parente conseguiu fazer um

estrago enorme nesses quase dois anos de má gestão pública, porém a luta não terminou, pois o mentor intelectual do desmonte agora ocupa seu lugar na presidência da empresa. No dia 12/06 a FUP e seus sindicatos filiados irão se reunir em um Conselho Deliberativo, onde discutirão os rumos das próximas lutas contra o desmonte da empresa e seus reflexos para a sociedade, e esperamos que a categoria entre tão entusiasmada nelas quanto foi para os debates.



JOSÉ MARIA RANGEL A VOZ DOS PETROLEIROS



Simão Zanardi assume Coordenação Geral da FUP

No dia 04/06, o diretor do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, passou a ocupar a Coordenação Geral da FUP, em substituição a José Maria Rangel, que se licenciou do cargo para disputar as eleições de 2018 como pré-candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT/RJ).

O anúncio foi feito por José

Maria, durante cerimônia de abertura do Congresso dos Petroleiros do Norte Fluminense, em Macaé.

Além de ser presidente do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi é técnico de operação da Refinaria Duque de Caxias e está em seu quinto mandato na Direção Colegiada da FUP, onde ocupava a Secretaria de Administração e Finanças. Até o dia 08/10, o diretor Luciano Santos ficará a frente do Sindicato como Presidente Interino.



Feriado em Duque de Caxias

Na próxima quarta-feira, 13, é dia de Santo Antônio, padroeiro do município de Duque de Caxias. Em função do feriado na cidade, o Sindicato estará fechado para atendimento. Continue acompanhando as atividades através das redes digitais: Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e WhatsApp e do portal sindipetrocaxias.org.br



FUP processa Pedro Parente por improbidade e exige confisco de seus bens

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) ingressou segunda-feira, 04/06, com Ação Civil Pública contra o ex-presidente da Petrobrás, Pedro Parente, por improbidade administrativa. A ação cobra a anulação do pagamento de US\$ 600 milhões (cerca de R\$ 2,2 bilhões) que a estatal fez em maio ao banco J.P. Morgan, como antecipação de quitação de uma dívida que só venceria em setembro de 2022. A transação foi autorizada diretamente por Parente, que é sócio do presidente do banco, José de Menezes Berenguer Neto, o que revela conflito de interesses.

Além disso, a esposa do ex-presidente da Petrobrás, Lúcia Hauptman, é procuradora de Berenguer, com quem a família tem estreitas relações. O casal é sócio do banqueiro em pelo



menos duas empresas (Kenaz Participações Ltda. e Viedma Participações Ltda.), sendo que uma delas tem como sede um imóvel que pertence a Pedro Parente. Na Ação, além da nulidade da antecipação do bilionário pagamento feito ao banco J.P. Morgan, a FUP cobra a responsabilização de Pedro Parente e do banqueiro José Berenguer, bem como a indisponibilidade imediata de seus bens.

“Conclui-se que os Réus violaram, além dos princípios constitucionais que regem a administração pública, os deveres de imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, previstos no artigo 11, caput e inciso I, da Lei 8.429/92, por terem se valido do patrimônio de empresa estatal na consecução de interesses pessoais”, ressalta a FUP na Ação.

A Federação também destaca o péssimo negócio que representou para a Petrobrás a antecipação do pagamento autorizado por Pedro Parente. “A antecipação de valores cujo vencimento ocorreria apenas em cinco anos não se justifica sob a ótica da eficiência – aqui, convém frisar os resultados negativos que a Petrobras vem apresentando nos últimos anos”, alerta a FUP

CUT e FUP denunciam governo brasileiro na OIT por práticas antissindicais

A CUT e a FUP denunciaram o governo brasileiro no Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nesta sexta-feira (8), por cerceamento do direito dos trabalhadores e trabalhadoras de realizar uma greve legal e justa em defesa do patrimônio público e do povo brasileiro.

No texto da queixa por prática antissindical, os dirigentes lembram que a liminar do Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra a paralisação foi dada no dia 29 de maio, um dia antes do início da greve contra os preços abusivos dos combustíveis e do gás de cozinha e contra a privatização da Petrobras, que havia sido aprovada pela categoria e comunicada com antecedência à Petrobras, como prevê a legislação brasileira. E denunciam que, na liminar, o TST declarou a greve abusiva e aplicou multa inicial de R\$ 500 mil por dia em caso de descumprimento da decisão. A multa foi aumentada para R\$ 2 milhões por dia, em 30 de maio, sob a alegação de que a FUP havia descumprido ordem judicial liminar em favor do governo.

“O que estamos denunciando”, diz Roni Barbosa, secretário de Comunicação da CUT e petroleiro, “é um ataque brutal do governo contra todos os trabalhadores brasileiros, não só contra a categoria petroleira”. Ele lembra, ainda, que a “juíza que deferiu a liminar sequer ouviu a outra parte”.

“O que queremos com essa denúncia na OIT é chamar a atenção do mundo para o que está acontecendo no Brasil. É preciso que a OIT se posicione e que o TST reveja essa decisão o mais breve possível”, diz Roni.

Na denúncia entregue ao Comitê pelo secretário de Relações Internacionais da CUT, Antônio Lisboa, a Central e a FUP lembram que a greve é um direito fundamental assegurado pela Constituição federal de 1988, que diz em seu artigo 9º que “Trata-se de direito fundamental cujas limitações devem estar expressas na própria Constituição e que os abusos sujeitam os responsáveis às penas da lei (§ 2º do artigo 9º)”.

Ao decidir a favor do governo, o Tribunal ignorou a Constituição brasileira e a Convenção nº 87 da

OIT, se limitando a alegar “motivação política-ideológica” da paralisação para decidir contra os trabalhadores e aplicar multas milionárias, lembra Lisboa, que destaca: e isso antes do início da paralisação.

“Só se pode falar em abuso quando o fato já tenha se manifestado. Não antes. Não por antecipação. Não por mero receio, como é o caso objeto desta queixa”, alegam CUT e FUP na denúncia contra o governo brasileiro.

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antônio Lisboa, a Justiça brasileira, além de não reconhecer o direito de greve garantido na Constituição, ainda feriu frontalmente as normas internacionais do trabalho relativas ao direito de greve.

“Não só por tentar impedir a legítima greve dos petroleiros, como também por aplicar multas absurdas”. Segundo Lisboa, com a denúncia, a CUT e a FUP esperam que a OIT reconheça o direito de greve previsto na Constituição para que os petroleiros possam seguir na luta.

Calendários de luta se intensificam contra a privatização

Os petroleiros não podem perder fôlego após a saída de Pedro Parente. Pelo contrário. A entrega do comando da empresa a Ivan Monteiro, braço direito do ex-presidente e um dos principais articuladores dos desinvestimentos e vendas de ativos, reforça a necessidade de ampliação das frentes de luta em defesa da estatal.

A direção do Sindipetro Caxias assim como os demais sindicatos filiados a FUP estarão esta semana em Curitiba para definir os próximos passos de enfrentamento da categoria e dar continuidade à construção da greve por tempo indeterminado, que foi amplamente aprovada pelos petroleiros.

Outras agendas de luta estão sendo definidas em Brasília, através de diversas ações parlamentares para estancar e tentar reverter o legado de destruição deixado por Pedro Parente. Uma delas é a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujo pedido foi protocolado no Senado pela senadora

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para abrir a “caixa preta” da política de preços da Petrobrás e revelar os interesses que estão por trás do desmonte do parque de refino, da perda de mercado pela estatal e do consequente incentivo às importações de derivados.

Também ocorrerá uma Audiência Pública articulada através do senador Paulo Paim (PT/RS), que será realizada

no dia 12 de junho no Senado. A audiência tem como objetivo discutir a política de preços da Petrobrás, como reflexo direto do desmonte da companhia e do projeto do governo Temer de privatização de todo o setor energético. Entre os convidados para o debate, estão o ex-coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, e o ex-diretor do Sindipetro Bahia, Radiovaldo Costa.

